

IX

FORMAÇÃO E PESQUISA NA GRADUAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A COMPREENSÃO DOS CONSELHOS E PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Camila Alberto Vicente de Oliveira
Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos
Isadora Pedrosa Pedretti

Palavras iniciais

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Horizonte, utopia, caminho: sirvo-me das palavras de Eduardo Galeano para pedir licença ao leitor e para a leitora, pois este capítulo de livro está organizado de maneira incomum.

Em uma coletânea que homenageará o Professor Antônio Bosco de Lima pretendemos homenagear também aquelas que, assim como Bosco, nos ajudaram a construir um percurso de pesquisa e produção científica: orientandas que compartilharam com a primeira autora de planos de trabalho de iniciação científica – ora com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC) ou do Programa de Bolsas de Licenciaturas da UFG/UFJ (Prolicen) ora de forma voluntária.

Para dar conta desta tarefa descrevendo esta história, o objetivo deste texto é reunir os resultados de pesquisas desenvolvidas na condição de planos de trabalho de iniciação científica sob orientação da primeira autora, como dito, no escopo dos dois projetos de pesquisas interinstitucionais coordenados pelo Prof. Bosco (envolvendo a UFU, UFGD, UNEMAT, Universidade Federal de Jataí por meio do NUFOPE – Grupo de Pesquisa Formação de professores e práticas educativas – de onde falamos e outras instituições), fechando este ciclo de estudos sobre os Conselhos Municipais de Educação (CME) e os Planos Municipais de Educação (PME).

Para tanto, o texto estará dividido em três partes. A primeira parte abordará os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “O Conselho Municipal de Educação em Goiás e a qualidade socialmente referenciada do ensino”; já a segunda parte trará resultados do projeto “Implementação e controle social do PME: a atuação dos CMEs no Brasil (2016-2020)” e, finalmente, os resultados dos últimos planos de trabalho encerrados em setembro de 2023 ainda no bojo dos estudos sobre a interlocução entre os CMEs e os PMEs.

Nas considerações finais busca-se avaliar a relevância destas ações de pesquisa realizadas por estudantes do Curso de Pedagogia (graduação) da Universidade Federal de

Jataí para a produção de conhecimento, para a formação da orientadora e das graduandas envolvidas apontando para o horizonte, a utopia e os caminhos que ainda devemos e precisamos continuar perseguindo.

Primeira parte: os CMEs e a qualidade socialmente referenciada de educação

O primeiro projeto de pesquisa interinstitucional teve como objeto central os Conselhos Municipais de Educação e a qualidade socialmente referenciada do ensino.

Parte do princípio que

[...] o papel desses Conselhos no Brasil é articular e mediar as demandas educacionais junto aos gestores municipais, desempenhando funções normativa, consultiva, deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora, destaca-se sua função normativa. Nesta, ao cumprir obediência aos imperativos legais “na forma da Lei”, pode-se encontrar desafios de várias ordens ao deliberar em diferentes e diferenciados espaços educacionais brasileiros, que podem vir a ignorar o caráter dialético dos fenômenos humanos e sociais, marcando distância com a tão almejada qualidade da educação (Lima, 2014, s/p. Grifo no original).

No mesmo projeto, Bosco adiantou uma preocupação que norteou as pesquisas durante este primeiro ciclo: o conceito de qualidade e como esta pode ser apensada aos fenômenos educacionais. Ao defender a adjetivação do conceito de qualidade na educação como “socialmente referenciada” defende a dissociação dos processos de mercantilização e expõe que

A qualidade da educação, por sua vez, também é princípio legal, mas um termo ainda permeado por muitas discussões e debates, inclusive por ocasião da última Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, quando das aprovações de propostas para o Plano Nacional de Educação (2014-2024), portanto um termo ainda carente de uma concepção que demarque a distinção entre “educação” e “mercadorização”, daí a utilização da expressão neste Projeto de Pesquisa: “qualidade socialmente referenciada” (Lima, 2014, s/p).

O objetivo geral desta pesquisa, desenvolvida no estado de Goiás, por pesquisadores do NUFOPE foi analisar se as ações dos Conselhos Municipais de Educação (CME) de Goiás têm contribuído para a qualidade socialmente referenciada do ensino. Deste estudo, realizado por quatro anos, derivaram organização de livro, capítulos de livros, artigos em periódicos e publicações em Anais de eventos, além de dissertações, planos de trabalho de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso.

No bojo deste projeto, foram desenvolvidos, sob orientação da primeira autora, alguns planos de trabalho de iniciação científica.

O trabalho de Josiane Souza Silva, intitulado “O impacto das ações do Conselho Municipal de Educação de Jataí – GO na organização da rede pública de educação” teve

como objetivo compreender como as ações do Conselho Municipal de Jataí (CME) – GO tem contribuído para a qualidade socialmente referenciada do ensino. Diante disso, foi realizada pesquisa bibliográfica-documental no acervo do NUFOPE (Grupo de Estudos Formação de Professores e Práticas Educativas) – UFJ que guarda a produção documental do CME/Jataí e sistematicamente a atualiza.

Foram encontrados resoluções e pareceres que podem apontar indícios para a organização da educação com vistas a qualidade socialmente referenciada do ensino. Como resultados, mediante as análises realizadas, pode-se afirmar que há avanços percebidos nos documentos, porém essa produção ainda é limitada diante do potencial do CME na gestão da educação nos municípios.

Já a pesquisa de Karoline Monteiro Mendonça sobre “A constituição e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Caiapônia- GO” pretendeu identificar e compreender a constituição histórico – política e o funcionamento do Conselho Municipal deste município e apresentar resultados que identificam os mecanismos de funcionamento do Conselho desta cidade, sua representatividade, autonomia, principais ações e especialmente, seu papel junto ao Plano Municipal de Educação.

O procedimento metodológico utilizado foi de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, pois se utiliza de documentos existentes e produzidos pelo CME de Caiapônia. É importante destacar que os documentos foram divididos em categorias e analisadas as suas principais ações e chegamos a resultados finais que apontam que o Conselho Municipal de Caiapônia possui alguma produção documental e ações, entretanto não é totalmente ativo, pois os documentos que apresentam ações em favor da educação, que debatem a mesma e suas necessidades são uma quantidade ínfima.

“A percepção de professoras/es da Rede municipal de Jataí- GO sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação” foi o segundo plano de iniciação científica conduzido por Josiane Souza Silva.

A pesquisa avançou no entendimento sobre o papel do Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí-GO na organização e implementação dos Planos Municipais de Educação (PME) e apresentou resultados de uma pesquisa que identificou e compreendeu as percepções de professoras/es da Rede Municipal de Jataí – GO sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação. A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo e como técnica foi aplicado questionário.

A partir deste estudo, pode-se afirmar que houve um esforço conjunto da SME, CME na organização e implementação do PME, organizaram a convocação de professores do município para participação em audiências públicas e Câmara de Vereadores e quanto à pesquisa sobre as percepções dos professores sobre o CME e PME pode se perceber certo grau de participacionismo, na qual a participação sofre condicionamentos de diversas ordens, neste caso das políticas neoliberais com as suas sutis formas de controle e repressão que impedem uma participação efetiva e democrática.

Tais pesquisas puderam contribuir com o projeto “guarda-chuva” coordenado pelo Prof. Bosco. Rendemos homenagens às estudantes de graduação que conseguiram, por meio de pesquisa documental e de coleta de dados com professores, compreender a relevância dos Conselhos de Educação na gestão e organização dos sistemas de educação.

Segunda parte: os CMEs e a implementação dos PMEs

Envolvidos em um processo de produção científica e de produção do conhecimento, o segundo projeto de pesquisa, conhecido como matricial, posto que envolvia as Universidades e pesquisadores em uma ação interinstitucional; intitulou-se “Implementação e controle social do PME: a atuação dos CMEs no Brasil (2016-2020)”

Neste projeto, defendia-se que os processos de implantação dos PMEs não surgem por uma aspiração, mas propugnados pelo que determina as orientações de cunho legal. Com isso, o objetivo geral buscou analisar os mecanismos democráticos que foram utilizados pelo CME para realizar a elaboração e aprovação dos PMEs, especialmente em municípios do Sudoeste Goiano, interesse direto dos pesquisadores vinculados ao NUFOPE/UFJ.

A pesquisa citada na primeira parte, desenvolvida entre os anos de 2015 a 2017, indicou e constatou que a dinâmica dos Conselhos tem relação com vários aspectos que se vinculam à municipalidade. São tradições e culturas que se manifestam a partir da perspectiva política, econômica e social. São variantes que dizem respeito ao tamanho do município, número de habitantes, perfil econômico, forma de ocupação, relação rural-urbana, enfim, elementos que influenciam nas organizações dos aparelhos de Estado. (Lima, 2017, s/p).

Neste ínterim, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conselhos Municipais de Educação no Brasil (GEP-CMBR) ao qual o NUFOPE foi agregado para esta segunda etapa de pesquisa e formação.

De forma mais organizada e sistemática, mais planos de trabalho foram desenvolvidos. Foi um período intenso, marcado pela pandemia e o distanciamento social e a revisão das práticas de orientação e pesquisa.

Morgana Vieira Tavares desenvolveu o plano “Trabalho docente: monitoramento e acompanhamento do PME de Jataí – GO” o qual teve como objetivo geral: identificar e compreender como o PME de Jataí aborda as questões relacionadas ao trabalho docente e como estas tem sido implementadas.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como *corpus* principal de análise o texto legal do PME local e os relatórios de monitoramento da implementação das metas e estratégias, especialmente a última edição do ano de 2017.

Diante disso, a pesquisa sistematizou quadros comparativos entre as metas relativas ao trabalho docente (formação, salário e carreira) no Plano Nacional de Educação com o PME e destacou o nível de execução das estratégias considerando que o PME é um instrumento de definição de políticas para uma década (2015-2025). O resultado da análise dessas sínteses aponta que houve pouquíssimo avanço em relação às metas e estratégias do PME que se referem ao trabalho docente. A maior parte das estratégias não foi executada e parte ainda se encontra no status “em execução”. Um dado relevante é que a comissão de monitoramento mantém a representatividade educacional e da sociedade civil organizada no acompanhamento e avaliação da execução do PME. Por fim, nota-se que o fato de que há um esvaziamento do PME enquanto instrumento participativo e democrático de formulação e implementação da política educacional com vistas a qualidade social da educação pública.

“A educação infantil no Plano Municipal de Educação de Jataí – GO: monitoramento, avanços e limites” foi o trabalho de Débora Barbosa Silva. A pesquisa teve como objeto a educação infantil no PME de Jataí – GO e o monitoramento de suas metas e estratégias propondo-se a buscar responder a seguinte problemática: como o PME de Jataí aborda as metas e estratégias para a educação infantil e como suas estratégias têm sido implementadas?

O objetivo geral da pesquisa buscou identificar e compreender como o PME de Jataí aborda as metas e estratégias relacionadas educação infantil e como estas tem sido implementadas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como *corpus* principal, o texto do PME e os relatórios de monitoramento disponíveis no sítio da Secretaria Municipal de Educação.

Após a análise documental, conclui-se que o texto do PME que se refere a educação infantil é praticamente idêntico ao texto do PNE, os relatórios de monitoramento não permitem perceber se houve avanço no que tange as metas e estratégias e, diante disso, não é possível - a partir disso – evidenciar a melhoria da qualidade da educação nesse nível de ensino. Pretendia-se realizar observação *in loco* para verificar se e como o PME toma corpo nas instituições de educação infantil em Jataí - GO, porém não foi possível em virtude da suspensão do calendário de atividades presenciais tanto na Universidade quanto na Rede Municipal.

Larissa Batista de Freitas executou a pesquisa “Plano Municipal de Educação nas escolas: implementação e mudanças?” e buscou compreender como tem se dado o processo de implementação do Plano Municipal de Educação (PME) nas escolas da Rede Pública Municipal de Jataí - GO na percepção dos docentes.

Em decorrência da pandemia, foi aplicado um questionário *online* à docentes da Rede Municipal. Também em virtude da pandemia foram identificadas as metas e estratégias do PME de Jataí que abordavam as Tecnologias de informação e comunicação e foi perguntado aos docentes se estas metas estavam sendo implementadas nas escolas. Como resultados, notou-se que a maior parte dos docentes conhece o PME e sua percepção é que as metas do PME no que se refere às tecnologias, aquisição de equipamentos e formação docente, não estão sendo implementadas nas escolas e, caso estivessem, estas contribuiriam para a qualidade da educação, especialmente em tempo de ensino remoto.

“Planos Municipais de Educação: a atuação dos Conselhos no estado de Goiás” foi o segundo plano de trabalho sob a responsabilidade Morgana Vieira Tavares e intentou identificar e compreender como os Conselhos Municipais de Educação tem atuado para o monitoramento, a avaliação e a implementação dos Planos Municipais de Educação.

Foi desenvolvida uma pesquisa em sites de prefeituras, secretarias de educação e outros entes de cidades com mais de 50 mil habitantes. Essa escolha metodológica se justificou, pois são municípios que estão em todas as regiões do Estado, possuem algum lastro para manterem páginas e outros dispositivos virtuais em funcionamento garantindo a socialização das informações bem como fornece elementos comparativos com o município de Jataí.

Os resultados apontam que as maiores cidades apresentam mais informações acerca do PME enquanto as cidades com menos habitantes, poucas informações. Além disso, há

pouca menção ao Conselho Municipal como agente no monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Larissa Batista de Freitas também se ocupou de um segundo plano de trabalho sobre a “A atuação do CME de Jataí durante a pandemia: efeitos na organização da escola pública e no trabalho docente” e objetivou compreender as ações do Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí no contexto da pandemia e seus efeitos no trabalho docente e na organização da escola pública.

Partindo deste pressuposto e tendo consciência do papel do CME, o qual possui caráter deliberativo, normativo, mobilizador e de controle social, foi realizada uma pesquisa documental junto ao CME de Jataí- Goiás a fim de levantar documentos produzidos entre 2020 e março de 2022 que orientassem o trabalho docente e a organização das escolas da Rede Municipal durante a pandemia, o isolamento social, fechamento das escolas e, conseqüentemente, o ensino remoto.

Foram analisados 8 documentos fornecidos pelo CME local produzidos no período citado. Por meio desses documentos, foi possível construir um quadro sinóptico apresentando o teor/ o objeto desses documentos. Como resultado, destacaram-se as ações do CME no que se refere ao estabelecimento do REANP (Regime Especial de Aulas Não Presenciais), normatização do transporte escolar em tempos de pandemia e, ainda, normatiza a avaliação e o fluxo escolares. Alguns desses documentos não estão diretamente ligados ao ensino remoto ou a organização escolar durante o fechamento das escolas.

Nota-se que não há nenhum documento apontando para a orientação ou indicação da necessidade de formação continuada de docentes para capacitação para o uso de ferramentas tecnológicas para ministrarem aulas remotas, não há eventos relacionados a mobilização social para o entendimento do trabalho docente no período de pandemia, no ensino remoto e a mediação com as famílias durante o isolamento social; não houve nenhum registro que diagnosticasse a situação do ensino-aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Jataí e não houve iniciativas do CME, pelo menos percebidas por meio da análise dos documentos, acerca da reflexão em torno do acesso aos estudantes às ferramentas digitais de modo que o prejuízo na aprendizagem fosse mitigado. Diante disso, em um momento histórico sem precedentes na história da educação brasileira observou-se um esvaziamento do potencial do CME na gestão e organização da educação municipal.

Por fim, Morgana Vieira Tavares encerrou seu processo formativo na graduação sendo responsável por mais um plano de trabalho, agora sobre “O lugar dos CMEs nas notícias sobre as escolas na pandemia”.

Neste estudo, almejou identificar textos (notícias, reportagens, entrevistas) publicados em sites de grande circulação no estado de Goiás sobre as escolas na pandemia, entre março de 2020 a abril de 2022 e o lugar ocupado pelos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) nestes textos.

Considerando a história, as funções dos CMEs na organização e gestão da educação nos municípios e a emergência sanitária que nos encaminhou para a realização de pesquisas que utilizassem recursos tecnológicos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental realizada em três momentos distintos em sites de grande circulação no estado de Goiás com vistas a levantar textos sobre educação na pandemia na interlocução com os Conselhos.

Foram realizadas pesquisas nos sites dos portais de notícias G1 Goiás e Google e no site do jornal O popular usando expressões-chave relacionadas ao objetivo da pesquisa. Foram construídos quadros com os dados quantitativos dos resultados dos levantamentos que mostram, dentre outras coisas, a ineficiência do uso das aspas como ferramenta de filtro.

Como resultado, os dados mostram que são vários resultados quantitativos encontrados, mas que são poucas notícias relacionadas ao CME e as que o cita - de fato - estão com acesso limitado, restrito apenas aos assinantes e, diante disso, pode-se afirmar que este Conselho não aparece na grande mídia do estado de Goiás. Não foi possível realizar a leitura direta de nenhum texto, mas os títulos e leads disponíveis nos permitem inferir que não há nenhuma menção direta aos Conselhos Municipais. Os Conselhos citados representam outros entes, como o Conselho Estadual de Educação. Diante disso, afirma-se que o CME ocupa um não-lugar nas publicações pesquisadas.

Neste momento, o NUFOPE já tem, portanto, por meio destas e de outras pesquisas realizadas, um acúmulo sobre os CMEs e os PMEs em suas muitas facetas.

Os planos de iniciação científica apresentados apontam um gama de objetos, metodologias viáveis no contexto e, sobretudo, resultados que contribuem para o diagnóstico acerca do trabalho docente, da gestão e organização dos sistemas de educação nos locais pesquisados. Tais pesquisas foram socializadas em eventos científicos e conformaram as pesquisas de conclusão de curso das estudantes demonstrando a relevância da iniciação científica para a formação na graduação.

Terceira parte: encerrando um ciclo de aprendizado

Ainda no decurso do segundo projeto de pesquisa interinstitucional, serão apresentadas aqui as duas pesquisas que encerram nossos estudos sobre Conselhos e Planos Municipais de Educação planejadas e nutridas pelo prof. Bosco e todos os demais pesquisadores de diferentes instituições que estiveram desde 2014 envolvidos com as atividades de pesquisa, produção e socialização do conhecimento sobre o tema.

Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos e Isadora Pedrosa Pedretti aceitaram, assim como as demais estudantes que já passaram por aqui neste texto, o desafio de estudar Conselhos e Planos de Educação no contexto das mudanças na carreira dos trabalhadores em educação no município de Jataí.

Compartilham da autoria deste texto por, assim como as demais autoras já citadas, comprometerem-se, muitas vezes sem financiamento para a pesquisa, com o estudo sistematizado, horas a mais de trabalho além do curso de graduação e todas as demais exigências que o trabalho científico exige.

Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos se debruçou sobre a “Carreira dos trabalhadores/as em educação da Rede Municipal de Jataí: contrapontos entre o PME e a Lei nº015/2022”.

Neste estudo, parte-se do pressuposto que o Plano Municipal de Educação pode ser um documento que articula os sistemas e a gestão da educação com vistas a garantia da qualidade socialmente referenciada do ensino. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo comparar a carreira dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Jataí

contemplado no Plano Municipal de Educação e no projeto de lei 05/2022, do Poder Executivo Municipal.

Metodologicamente, para compor este trabalho buscou-se aporte teórico em autores que são referência no que concerne o objeto da pesquisa, assim como em documentos disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal de Jataí e Câmara Municipal de Jataí.

Para tanto, foram analisados documentos como: o Plano Nacional de Educação, versões do Plano Municipal de Educação e o Projeto de Lei 015/2022 naquilo que se refere à carreira docente, como sistematiza o quadro abaixo:

Quadro 1 - Comparativo entre as metas estabelecidas pelo PNE, PME civil e PME aprovado

PNE - LEI Nº 13.005/2014	PME CIVIL - 2015	PME - LEI Nº 3.708/2015
META 17	META 17	META 17
Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Assegurar, no máximo até 31/12/2015, seja reformulado e aprovado plano de Carreira para os/as profissionais da Educação Básica pública em todo o sistema de ensino tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.
META 18	META 18	META 18
Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, assegurando-lhes o cumprimento do plano de carreira do magistério, garantindo-lhe condições de formação continuada e profissionalização.	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência ao piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Organização: Nicodemos (2023)

A síntese no quadro nos permite afirmar que a sistematização das metas 17 e 18 são comuns aos três documentos, havendo apenas uma diferença na disposição das mesmas. A primeira estratégia definida na meta 17 trata de garantir o piso salarial para todos os professores.

De acordo com o relatório de avaliação do Biênio 2015-2017 de Monitoramento do PME de Jataí 2015/2025, o piso salarial dos professores até aquele momento estava sendo respeitado. Já a primeira estratégia da meta 18 garantia que dentro de um ano haveria a reformulação e aprovação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério da Rede pública Municipal de Ensino. Consta no relatório que o plano de carreira (ou a sua revisão) estava em tramitação, assim, o prazo havia vencido, contudo, o status apontava que a estratégia estava em execução.

O quadro nos aponta, ainda que o texto legal evidencia uma prerrogativa de valorização da carreira docente que não encontra correspondência diante da aprovação do PL 015/2022 que limita a progressão na carreira desincentivando a formação continuada (e a decorrente melhoria da qualidade de ensino) e a impedindo a ampliação da malha salarial dos docentes obrigando-os a terem mais de um emprego/função, provocando sobrecarga de trabalho, adoecimento e abandono da profissão.

Ainda como resultados, foi possível que o PNE e ambas as versões do PME de Jataí – GO apresentam metas e estratégias que garantem a valorização da carreira docente e o Piso Salarial Profissional Nacional. Contrapondo-se a isto, a Lei 015/2022, que modificou a Lei 2.822/2007 – Plano de Carreira dos Docentes - retirou dos trabalhadores em educação, especificamente dos professores da Rede Municipal de Educação local o direito à progressão da carreira anteriormente garantida pelo parágrafo único do artigo 213 do referido Plano de Carreira.

Nesse sentido, ficou caracterizado retrocesso para a carreira dos profissionais da educação apontando para efeitos no desenvolvimento profissional docente.

Na mesma linha, Isadora Pedrosa Pedretti refletiu sobre “O lugar do Conselho Municipal de Educação no debate em torno do PL 015/2022 de Jataí-Goiás” e objetivou: i) identificar a participação do Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí – Goiás na tramitação e aprovação do PL015/2022 que modifica o plano de carreira dos/as trabalhadores/as em educação vinculados a Rede Municipal; ii) identificar as notícias (e outros tipos de textos como reportagens, entrevistas, editoriais, dentre outros) publicadas em sites locais, redes sociais e afins que abordaram a tramitação e aprovação do PL 015/2022; e, por fim, iii) analisar o lugar ocupado pelos CMEs nestes textos e analisar o papel desempenhado por esse ente nesse processo que modificou a carreira dos/as trabalhadores/as em educação vinculados a Rede Municipal.

Para atender a estes, metodologicamente, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa e o levantamento documental como principal instrumento de coleta de dados. Foram levantadas publicações de documentos oficiais como leis e projetos de lei e textos publicados em sites locais sobre o PL 015/2022, como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 2 - Publicações consultadas e resultados

Fontes:	Informação buscada:
Projeto de Lei ordinária do executivo Nº 015, de 22 de fevereiro, de 2022.	Falas do chefe do executivo durante o projeto de lei. Mudança ocasionada no Plano de carreira dos professores municipais. Desdobramentos da Lei e o que a cerca.

Jataí - Diário oficial eletrônico - Lei N° 3.708, de 26 de junho de 2015, aprovando o Plano Municipal de Educação.	A abrangência do PME dentro do município de Jataí e suas competências em relação à carreira docente.
Artigo 213 da Lei Ordinária n°2.822, de 27 de agosto de 2007.	Identificar como a Lei era antes da mudança.
<i>Site</i> “Olha Goiás”.	Notícias ao redor da publicação da lei. Mobilização social. Opinião popular.
<i>Site</i> Portal Panorama.	Notícias ao redor da publicação da lei. Mobilização social. Opinião popular.
<i>Site</i> Sintego	Posicionamento em relação à Lei.
<i>Site</i> Jornal Opção.	Notícias ao redor da publicação da lei. Mobilização social. Opinião popular.
<i>Site</i> SintIFESGO	Notícias ao redor da publicação da lei. Mobilização social. Opinião popular.
<i>Site</i> Jataí News	Notícias ao redor da publicação da lei. Mobilização social. Opinião popular.

Organização: Pedretti (2023)

O quadro revela que poucas foram as publicadas oficiais, exceto os Projetos de Leis e Leis Municipais que abordam o tema, que caracterizaram o processo de mudança no Plano de Carreira dos docentes no município de Jataí. De igual forma, os resultados centrais apontam que há poucos documentos acerca deste PL que modificou drasticamente a carreira dos docentes da Rede Municipal de Jataí e nestes não há menção ao CME.

Este dado aponta para uma inatividade ou o não-lugar do CME no debate e mediação da gestão da educação municipal e aponta para outras pesquisas para desvelar a mudança no posicionamento (ou na falta dele) considerando sua atuação decisiva no PME, por exemplo e, em tempo, pesquisas que avaliem os efeitos da perda de direitos dos professores sobre o desenvolvimento profissional e a qualidade do ensino ofertada nas escolas da Rede Municipal.

Estes dois últimos planos de trabalho, que encerram um intenso ciclo de aprendizado, ampliam os objetos pesquisados cotejando os CMEs, o PME de Jataí e o trabalho docente, especialmente os planos de carreira (e a perda de direitos). Os estudos revelam que o PME aponta para a valorização profissional, o CME local se eximiu do debate em torno das mudanças na carreira dos trabalhadores em educação de Jataí e este esvaziamento promoveu a não-mobilização da comunidade em defesa dos direitos dos professores. Resultados significativos para a compreensão dos fenômenos educativos e da organização do trabalho docente, assim como os demais, que compõem – indubitavelmente – um conjunto de estudos importante sobre Conselhos e Planos, assim como planejou e agregou o professor Bosco.

Palavras finais

Retomamos as palavras anteriormente citadas: horizonte, utopia e caminho. Antônio Bosco de Lima, que prematuramente nos deixou, reuniu pessoas diferentes, de locais diversos em torno de pesquisas coletivas que tinham como referência – mesmo que sem saberem - a utopia, no sentido do vir-a-ser contínuo. Para isso, as pesquisas interinstitucionais apontaram caminhos para a formação de pesquisadores, consolidação dos processos de pesquisa mostrando um horizonte de avanços na produção do conhecimento e formação humana por meio de intercâmbios constantes e trabalho coletivo.

Este texto inventariou pesquisas de iniciação científica que – diante das pesquisas matriciais, conhecidas também como “guarda-chuvas – puderam, consideradas as proporções, trazer resultados relevantes para a compreensão de dois entes fundamentais à organização da educação municipal: os Conselhos e os Planos Municipais de Educação.

Nesse sentido, é possível identificar a relevância destes planos de iniciação científica de pesquisa realizadas por estudantes do Curso de Pedagogia (graduação) da Universidade Federal de Jataí para a produção de conhecimento, como dito e descrito no texto. Cada relato mostra as muitas possibilidades nos/dos objetos e na orientação metodológica dos estudos.

Contudo, faz-se necessário evidenciar a relevância deste processo, iniciado em meados de 2014 e encerrado em 2023 para a primeira autora, para a formação da orientadora: a orientação de pesquisa é um aprendizado contínuo, o qual este caminho percorrido possibilitou. Já para as graduandas envolvidas, a participação em pesquisa na graduação aponta para caminhos que precisam ser perseguidos, é uma iniciação entendida, sobretudo, como base, fundamento para a prática profissional.

Vida longa ao legado do Prof. Bosco!

Referências

FREITAS, Larissa Batista de. **Plano Municipal de Educação nas escolas: implementação e mudanças?** 2020. Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Graduação.

FREITAS, Larissa Batista de. **A atuação do CME de Jataí durante a pandemia: efeitos na organização da escola pública e no trabalho docente.** 2021. Iniciação Científica. Universidade Federal de Jataí, Pró-Reitoria de Graduação.

LIMA, Antônio Bosco de. **Implementação e controle social do PME: a atuação dos CMEs no Brasil (2016-2020).** Universidade Federal de Uberlândia: Projeto de Pesquisa (Mimeo). Uberlândia, 2017. s/p.

LIMA, Antônio Bosco de. **O Conselho Municipal de Educação e a qualidade socialmente referenciada do ensino.** Universidade Federal de Uberlândia: Projeto de Pesquisa (Mimeo). Uberlândia, 2014. s/p.

LIMA, Antônio Bosco de; RAIMANN, Ari; OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de; RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. Planos de educação -processos, condições e situações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 698-703, maio 2020

MENDONÇA, Karolyne Monteiro. **A constituição e o funcionamento do CME de Caiapônia/GO**. 2018. Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, CNPq.

NICODEMOS, Maiza Aparecida de Oliveira. **Carreira dos trabalhadores/as em educação da Rede Municipal de Jataí**: contrapontos entre o PME e a Lei nº015/2022. 2022. Iniciação científica. Universidade Federal de Jataí, CNPq.

PEDRETTI, Isadora Pedrosa. **O lugar do CME no debate em torno do PL015/2022 em Jataí - Goiás**. 2022. Iniciação científica - Universidade Federal de Jataí, CNPq.

SILVA, Josiane Souza. **O impacto das ações do Conselho Municipal de Educação de Jataí - GO na organização da Rede Pública de Educação**. 2017. Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, Prolicen.

SILVA, Josiane Souza. **A percepção de professoras da Rede Municipal de Educação de Jataí/GO sobre o CME e o PME**. 2018. Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, Prolicen.

SILVA, Débora Barbosa. **A educação infantil no Plano Municipal de Educação de Jataí - GO**: monitoramento, avanços e limites. 2020. Iniciação Científica. Universidade Federal de Jataí, Prolicen/Pró-Reitoria de Graduação.

TAVARES, Morgana Vieira e SILVA, Josiane Souza Silva. **Trabalho docente: monitoramento e acompanhamento do PME de Jataí - GO**. 2020. Iniciação Científica. Universidade Federal de Goiás, CNPq.

TAVARES, Morgana Vieira. **O lugar dos CMEs nas notícias sobre as escolas na pandemia**. 2021. Iniciação Científica. Universidade Federal de Jataí, CNPq.